

DIMINUTIVOS COMO MARCADORES DE SEXO/GÊNERO

Ronald Beline Mendes (USP)¹

RESUMO

A partir da hipótese de que o uso de diminutivos no português brasileiro é percebido como um fato linguístico associado a sexo/gênero, analisam-se qualitativa e quantitativamente suas ocorrências em 104 entrevistas sociolinguísticas, a fim de verificar padrões de produção. Homens (gays ou não) que tendem a marcar sua masculinidade, bem como lésbicas que dizem preferir uma autoprojeção social “menos feminina”, parecem restringir seu emprego de diminutivos. Análises qualitativas também mostram que a correlação entre uso de diminutivos e sexo/gênero é fluida e contextual – de modo que pode ser mais bem compreendida através da combinação de metodologias quantitativas e qualitativas.

PALAVRAS-CHAVE: diminutivos, frequência de uso, sexo/gênero.

1. INTRODUÇÃO

A questão geral a que se reporta este artigo é assim formulada: o que ouvimos na fala de uma pessoa que nos leva a categorizá-la como possivelmente gay?² Essa pergunta um tanto específica se insere, contudo, em outra, mais geral: o que ouvimos na fala de uma pessoa que nos leva a percebê-la como possível integrante de uma determinada categoria? Tal categoria, entende-se, é de natureza sociolinguística (Labov, 2006 [1966]) e pode ser definida em termos de sexo/gênero, faixa etária, classe social, posicionamentos de variada sorte (políticos, ideológicos etc).

Basicamente, toma-se como hipótese a avaliação, obtida através de um experimento sociolinguístico, de que o uso de diminutivos guarda correlação com categorias de sexo/gênero. As ocorrências foram extraídas de um *corpus* robusto – 104 entrevistas sociolinguísticas (mais de um milhão de palavras) – e as análises qualitativas (seção 3.2) e quantitativas (seções 3.3 e 3.4) são precedidas por uma rápida descrição do *corpus* (seção 3.1) e das justificativas e bases teóricas para o desenvolvimento do trabalho (seção 2), a seguir.

1. Doutor em Linguística. Professor Doutor na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP). e-mail: rbeline@usp.br

2. Em vez de “homossexual”, prefere-se aqui o uso do termo “gay” – um empréstimo do inglês pelo português (como tal, empregado sem aspas no interior do texto). Esse último parece descrever melhor uma identidade social ou um modo de ser/agir/falar, enquanto que o primeiro se refere mais objetivamente a uma prática sexual. Tal terminologia ainda carece de discussão, mas ela não será desenvolvida aqui.

2. BASES TEÓRICAS E ÍMPETO PARA O TRABALHO

Mendes (2007, 2011) entrevistou 107 paulistanos (homens e mulheres de diversas idades, diferentes orientações sexuais, graus de escolaridade e classes sociais), a quem perguntava, inicialmente: “que tipo de ‘coisa’ chama a sua atenção, quando você ouve um homem falando, no sentido de fazer você pensar que ele possa ser ‘gay’?” Apesar do tom coloquial dessas conversas, a grande maioria dos entrevistados teve dificuldade para responder a tal pergunta. Por outro lado, alguns deles lembraram que uma pessoa “*pode ser gay sem falar de um determinado modo marcado*” (P., mulher de 15 anos, ensino médio).

Preparado para a dificuldade em identificar marcas ou fatos linguísticos que seus entrevistados pudessem perceber como índices de uma orientação gay, o pesquisador havia previamente gravado cinco leituras de um texto, por cinco homens diferentes. A gravação dessas leituras foi reproduzida para cada um dos entrevistados, após alguns minutos de conversa que sucederam aquela pergunta inicial. Pediu-se aos entrevistados, então, que atribuíssem uma “nota” de 1 a 5 para cada uma delas: a nota 1 deveria ser atribuída à leitura que julgassem soar “menos gay”, enquanto que a nota 5 deveria ser atribuída àquela que julgassem soar “mais gay”. Cada leitura deveria ser avaliada com uma nota diferente.

Entre os 107 entrevistados, houve grande convergência a respeito de quais leituras soaram “mais gay”; apenas seis deles atribuíram notas 4 e 5 a leituras diferentes da grande maioria.³ Seja para os propósitos de uma pesquisa sociolinguística como essa que aqui se reporta, seja para os propósitos de outros estudos baseados no uso, a pesquisa de Mendes (2007) mostra que, se a produção linguística pode se revelar extremamente variada, heterogênea, a percepção que os sujeitos de uma comunidade de fala têm acerca de tal produção pode ser bastante homogênea (Campbell-Kibler, 2008; 2009).

Além disso, após ouvir e avaliar as leituras, os entrevistados puderam justificar sua avaliação: diferentemente daquilo que se havia observado no começo das entrevistas, vários dos entrevistados, após a avaliação das leituras, mostraram-se capazes de levantar hipóteses sobre quais fatos linguísticos haviam chamado sua atenção, no sentido de quais notas atribuiriam a quais leituras. As apreciações de natureza linguística mais recorrentes entre os diferentes entrevistados (aqui transcritas, entre aspas, do modo como apareceram na fala de alguns deles) foram: (i) “certas vogais parecem mais longas”; (ii) “a entonação ‘sobe e desce’ muito”; (iii) “as palavras são mais cuidadosamente pronunciadas; gays falam mais ‘direitinho’, cometem menos ‘erros’”; (iv) “homens gays e mulheres parecem usar diminutivos de maneira exagerada”. Apesar de sua metalinguagem, é inegável que essas descrições são bastante sofisticadas, especialmente considerando-se que, em princípio, os entrevistados não se haviam mostrado capazes de apontar fatos linguísticos que os levassem à percepção de que o sujeito-falante pudesse ser gay.

Os dois primeiros desses fatos foram aqueles mais mencionados pelos entrevistados; o primeiro é de natureza fonética e o segundo é mais tecnicamente conhecido, nos estudos de fonologia suprasegmental, como dinamismo de “*pitch*”. Nesse sentido, os entrevistados dessa pesquisa sobre percepção e avaliação sociolinguística apontam caminhos para análises que, de fato, vêm sendo desenvolvidas já há algum tempo em língua inglesa (Cf. Gaudio (1994) e Smyth (2001), entre vários outros trabalhos afins). O terceiro é de natureza mais gramatical – já que “falar corretamente”, pode-se considerar, inclui fatos de concordância verbal e nominal (Scherre, 2005) – e parece dizer respeito à hipótese de que homens gays monitorariam mais frequentemente sua própria fala. Finalmente, o quarto fato linguístico apontado tem uma dimensão morfológica (a derivação com que se forma o

3. Em Mendes (2011), uma tabela ilustra a atribuição de notas, por parte dos entrevistados, às cinco leituras que lhes foram apresentadas.

diminutivo em português) e uma dimensão lexical (já que se pode propor, em certos casos, que o diminutivo leva à criação de um item lexical cujo significado pode não ser simplesmente a diminuição das proporções inicialmente referenciadas pelo “não diminutivo”).

Todas essas “pistas” – obtidas experimentalmente, conforme a descrição acima – são convites para análises sociolinguísticas; as duas últimas, contudo, parecem especialmente instigantes: em nenhuma das leituras (todas de um mesmo texto) havia variação na concordância nominal ou verbal, nem empregos de diminutivos. Isso significa que as justificativas em (iii) e (iv) acima, para as notas atribuídas pelos entrevistados às cinco leituras, não foram formuladas de fato com base na audição delas, mas sim com base em percepções e avaliações de natureza sociolinguística que os entrevistados trouxeram das suas vidas. Nos itens a seguir, toma-se a última dessas avaliações como hipótese a se testar.

Neste ponto, convém lembrar que a performance linguística e a expressão ou construção de uma identidade social estão ligadas por uma via de mão dupla: por um lado, a linguagem é portadora de significados simbólicos e sociais; por outro, os falantes dão-se conta dessa função simbólica da linguagem e se valem disso para expressar e veicular significados sociais. Em seu estudo sobre a estratificação social do inglês falado em Nova Iorque, Labov (2006 [1966]) já havia demonstrado que variantes linguísticas discretas podem veicular informações sociais que caracterizam o sujeito-falante. Tais variantes podem ser mapeadas numa estratificação social mais ampla, caracterizando o grupo de indivíduos que as empregam. No esforço por desenvolver uma teoria social da linguagem, começou-se a explorar a possibilidade de que as variantes linguísticas não apenas caracterizam a linguagem de um certo grupo social, mas também podem ser usadas por indivíduos que queiram indicar sua afiliação a uma determinada comunidade. O exame desse caráter de “índice” que os usos da linguagem podem ter já chegou a ser feito por Trudgill (1974) e Milroy (1980) – em estudos da fala da classe operária de Norwich e Belfast, respectivamente -, e por Bell (1984), que estudou a linguagem dos noticiários de rádio em Auckland, Nova Zelândia.

Trudgill (1974), em seu exame da pronúncia variável do *-ing* em final de palavra, observou que os homens alegavam com insistência que usavam a variante não-padrão [In], enquanto que as mulheres preferiam empregar a variante padrão [In]. Essa descoberta ilustra o fato de que os falantes de uma língua fazem avaliações acerca dos seus diferentes estilos de fala e que têm alguma consciência delas. Em seu estudo, Trudgill (1974) demonstra que o emprego de uma variante bem como a avaliação de seu emprego, sobretudo no caso dos homens, serviam ao propósito de marcar seu pertencimento a um determinado grupo social, atestando a associação simbólica entre linguagem e comunidade. O autor reconhece que determinados “modos de falar” detêm prestígio social e dá uma das primeiras contribuições para os estudos da linguagem como meio de construção de identidade.

Milroy (1980) introduziu nos estudos sociolinguísticos a noção de redes sociais. Em seu estudo de três comunidades operárias de Belfast, a autora argumenta que as propriedades que caracterizam a rede social de um indivíduo influenciam sua performance linguística. Ela também afirma que as redes sociais mais densas – aquelas em que todos os membros se interrelacionam intensamente e interagem uns com os outros numa diversidade de situações – constituem um mecanismo poderoso de normatização de sua fala. Tal mecanismo acaba desempenhando papel decisivo na homogeneização de crenças e de práticas sociais dentro do grupo, o que obviamente inclui as práticas linguísticas. Está implícita nessa noção a consciência, tanto da parte dos indivíduos como da parte da comunidade, das práticas sociais que os definem ou que os caracterizam. A conformidade com o padrão linguístico que define o grupo requer a percepção do que constitui um padrão, além da noção de que a linguagem funciona como “índice” de afiliação social dos indivíduos a seu grupo.

Bell (1984), em seu exame da linguagem dos noticiários de rádio em Auckland, analisou a variação no nível individual como um processo que ele chama “*Design da Audiência*”, a partir do que se reconhece como Teoria da Acomodação (Giles; Powesland, 1997). O princípio básico dessa teoria é o de que um falante pode optar entre acomodar-se à fala de seu interlocutor – assemelhando sua performance linguística à dele – ou distanciar-se dela. Essa escolha tem significação social no contexto discursivo e indica solidariedade ou diferenciação social, respectivamente. A acomodação linguística é analisada como uma resposta, sob a forma de alternância no estilo de falar, na qual o interlocutor adota práticas linguísticas variáveis com base na linguagem do outro. Bell (1984) generalizou tal noção numa teoria de “alternância de estilo”,⁴ de modo que a variação observada no nível individual pode ser quantitativamente correlacionada ao interlocutor ou ao tópico da conversa.

A teoria da acomodação está fundada no “Axioma do Estilo”, de acordo com o qual a variação observada na fala do indivíduo mimetiza a variação observada entre dois grupos sociais. Em outras palavras, o estilo de linguagem deriva seu significado social da avaliação que o falante faz das relações entre traços linguísticos e grupos sociais. Apesar de manter a generalização de que as comunidades de fala são caracterizadas por traços linguísticos específicos, e a de que ambos são socialmente avaliados pelo falante, a teoria de Bell (1984) é inovadora na medida em que traz a noção de que os próprios falantes podem, individualmente, variar seu estilo de fala, a fim de atingir diferentes objetivos sociais. Se os falantes podem adotar traços linguísticos socialmente marcados no intuito de evidenciar sua associação ou dissociação diante de seu interlocutor (unitário ou coletivo), a teoria do “*Design da Audiência*” nos dá acesso ao papel do indivíduo na construção da identidade linguística.

Se, por um lado, todas essas teorias fornecem ao pesquisador um bom modelo para a implementação de uma linguagem socialmente marcada, por outro lado elas deixam a desejar no que diz respeito ao desenvolvimento das diversas avaliações que os fatos linguísticos podem permitir. Entretanto, essa lacuna vem sendo preenchida mais recentemente por trabalhos sobre a interação entre linguagem e ideologias sociais. A teoria da indexação de Ochs (1991) oferece um modelo de análise das relações entre linguagem e identidade, no qual traços linguísticos funcionam como “índices” de ideologias sociais. De acordo com essa autora, a relação entre variantes e identidades é indireta, e, por isso, são raras as variantes linguísticas que funcionam como “índices” de uma única e exclusiva identidade social. Para Ochs, elas funcionam antes como “índices” de atitudes, posicionamentos, atividades, que, por sua vez, estão associadas a categorias sociais. A redução de *-ing* para [In] no inglês, por exemplo, pode ser um índice de informalidade, mas a variável está certamente ligada a categorias mais abrangentes – tais como classe econômica e gênero – através das diferentes “personas” que os falantes constroem nos diferentes lugares da ordem social.

Nesse percurso bibliográfico rapidamente traçado, no sentido do desenvolvimento de uma teoria rigorosa sobre os modos como o significado social e sua avaliação são mapeados sobre a estrutura linguística, deve-se destacar a consideração de que os falantes-indivíduos têm alguma consciência dessa propriedade da linguagem e manipulam-na para a construção de sua identidade social. Ampliando sua própria teoria, Bell (2001) considera que o indivíduo pode desempenhar alternâncias no seu estilo de fala não apenas como uma “resposta” ao seu interlocutor real, mas também pode fazê-lo por acomodação a um tópico e/ou interlocutor não presentes no contexto de fala - ou seja, mais uma vez, o indivíduo pode fazer uso de seu conhecimento da relação entre traços linguísticos e identidade social, adotando marcas linguísticas para “indexar” sua afiliação a um determinado grupo.

4. Do inglês “style-shifting”.

3. USOS DO DIMINUTIVO DA PERSPECTIVA DO SEXO/GÊNERO

Partindo das teorias sobre as relações entre linguagem e identidade social, o interesse central desta pesquisa é verificar se a avaliação “homens gays e mulheres parecem usar diminutivos de maneira exagerada” confirma-se de algum modo nos usos. Em outras palavras, o emprego de diminutivos guarda alguma correlação com percepções acerca de sexo/gênero? O que se quer dizer com “uso exagerado” de diminutivos?

3.1. O corpus

A análise qualitativa e quantitativa dos usos de diminutivos foi feita a partir de duas amostras. A primeira é constituída de 84 entrevistas (totalizando 870.724 palavras), gravadas entre 2009 e 2010 com 42 mulheres e 42 homens nascidos e criados na cidade de São Paulo, estratificados de acordo com sua faixa etária (20-34; 35-59; 60 anos ou mais) e com dois níveis de escolaridade (ensino médio; ensino superior). Essas entrevistas foram gravadas por cerca de dez membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociolinguística da USP (GESOL-USP), para fins diversos de pesquisa. Os tópicos conversacionais dessa que aqui se denomina Amostra 1 foram: o bairro em que se vive, infância, ocupação, lazer, a cidade de São Paulo.

Além dela, também se verificaram os usos de diminutivos numa amostra menor (205.165 palavras), com maior variedade de sexo/gênero: 5 mulheres que se identificam como lésbicas, 5 homens que se identificam como gays, 5 mulheres e 5 homens que se identificam como heterossexuais – todos também nascidos e criados na cidade de São Paulo. Esse conjunto de entrevistas foi gravado em 2011 por um único documentador e será aqui referido como Amostra 2. Diferentemente da Amostra 1, os tópicos sobre os quais se conversou nessas entrevistas foram: homofobia na cidade de São Paulo, o assumir da orientação sexual, legislação contra discriminação, casamento gay.

Em todos os casos, após a gravação das entrevistas, os entrevistados assinaram um termo de livre consentimento, autorizando que os dados fossem utilizados em pesquisas sociolinguísticas. Seus dados pessoais, contudo, são omitidos – de modo que todos os nomes próprios que se referem a informantes neste artigo são fictícios.

3.2. Análise qualitativa

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que, se, por um lado, pode-se dizer que os falantes de português utilizam diminutivos de maneira variada (por exemplo, é possível imaginar que, numa situação de conversa espontânea, um mesmo falante possa se referir ao seu bar de preferência ora como “barzinho”, ora como “bar” mesmo), por outro lado, não se pode dizer que o par “diminutivo/não diminutivo” constitua uma variável no sentido canônico do termo – o uso das variantes de uma variável é linguisticamente indiferente, mas socialmente significativo (Chambers, 2002).

(1) [H]⁵ *tinha lá uma menininha que tinha que passar protetor solar de duas em duas horas.*

5. Todos os exemplos apresentados foram extraídos de entrevistas da Amostra 1. Ao início de cada exemplo, [H] indica que a ocorrência é proveniente de uma entrevista com um homem, enquanto [M] indica que o dado foi extraído de uma entrevista com uma mulher.

Embora seja possível, em princípio, propor que o par “menina/menininha” poderia ser considerado um caso que integra um suposto “envelope de variação”, seria discutível a proposta de que o emprego de uma ou outra forma é semanticamente indiferente. Para citar apenas uma possibilidade de argumento contrário, imagine-se que o emprego de “menininha” permita, contextualmente, a interpretação de que o enunciador faz crítica com escárnio a uma mãe hiperzelosa ou algo assim: isso seria suficiente para entender que, em termos funcionais amplos, o emprego de “menininha” pode veicular sentidos semântica e pragmaticamente diferentes de “menina”. Considere-se ainda o fato de que {-inha} indica tamanho diminuto, por oposição à ausência desse sufixo. Embora vários trabalhos (Cf. Oushiro, 2011) permitam dizer que o debate Lavandera-Labov (Cf. Lavandera, 1978; Labov, 1978) tenha sido superado, o emprego do diminutivo em português seria um caso a favor do argumento lavanderiano.

Daí, segue que uma análise quantitativa “à la VARBRUL” dos usos de diminutivo é inexequível. Em primeiro lugar, seria necessário estabelecer critérios confiáveis (muitas vezes tarefa difícil demais, quando se transita na interface entre a semântica e a pragmática na conversa em interação) que permitissem filtrar, dentre todas as milhares de ocorrências de diminutivos num *corpus* robusto, aquelas que poderiam ser substituídas pela forma correlata “não diminutivo”. Observe-se o caso em (2), abaixo:

(2) [M] *há mais de quarenta anos que a gente convive ali... numa casa bem pequeninha*

Considerando-se que o substantivo “casa” a que se refere “pequeninha” não está no diminutivo, talvez fosse mais defensável (relativamente ao caso de “menininha” acima) propor que o emprego de “pequena” em seu lugar pudesse ser indiferente – se não semanticamente, ao menos funcionalmente.

Por outro lado, uma análise multivariada desses dados pressuporia, também, incluir na análise quantitativa todos os casos de substantivos e adjetivos no *corpus* que não houvessem sido enunciados no diminutivo (“casa”, por exemplo, acima) mas que poderiam ser substituídos por essa forma, sem consequências semânticas, no mesmo contexto. Essa seria uma tarefa impraticável – tanto da perspectiva qualitativa (de proposição de critérios para esclarecer a análise), quanto da perspectiva quantitativa (de varredura de todos os contextos, num *corpus* robusto, em que formas diminutivas e não diminutivas funcionassem como alternativas, ou seja, como linguisticamente equivalentes).

Permanece, contudo, a questão: na pesquisa de Mendes (2007), o que significa a afirmação de que “homens gays e mulheres usam diminutivos de maneira exagerada”? Apesar da dificuldade metodológica de se lidar quantitativamente com esses dados, conforme se descreve acima, interessa desvendar o que se quer dizer com “maneira exagerada”. Trata-se de “uso ‘demasiado’ frequente”? Ou trata-se de uso em casos ou contextos que, em princípio, seriam “inesperados”, “marcados”?

Da observação dos dados (mais de 3000 ocorrências no conjunto de 104 entrevistas), desenvolveu-se então a seguinte proposta: (i) analisar as frequências de diminutivos (relativamente ao número de palavras, no *corpus* ou na entrevista); (ii) calcular as frequências com base em “tipos de diminutivos”. Dessa forma, torna-se factível um encaminhamento de resposta para a pergunta acima formulada.

As ocorrências no *corpus* foram classificadas de acordo com os seguintes “tipos de diminutivos” aqui propostos.

Tipo 1: Referência a tamanho reduzido

(3) [M] *ai então ele reformou lá o... o quarto a cozinha... lá outro quartinho*

Os exemplos (1) e (2) mais acima também foram classificados dessa forma, assim como todas as ocorrências em que houvesse alguma pista no contexto que pudesse ser tomada como evidência de que o emprego do diminutivo veiculava a noção mais concreta de tamanho reduzido, em relação a algum termo de comparação – presente na oração ou no contexto mais amplo da conversa (no caso do exemplo acima, o item “quarto”).

Tipo 2: Usos mais abstratos, metafóricos

(4) [M] *Tá grande lá tem bastante casa... um condominiozinho fechado... bem gostosinho lá.*

(5) [H] *O que aconteceu comigo foi um desses roubinhos bobinhos*

Aqui, “condominiozinho” não se refere ao tamanho reduzido do condomínio (até porque o sujeito-falante esclarece que “tá grande lá”); pode-se dizer que, em (4), o diminutivo participa da composição do significado de “aconchego”, “bem estar” – um significado que não seria acessível via o emprego do não diminutivo “condomínio”. Entende-se que, neste exemplo, ocorre um caso de metáfora (Lakoff & Johnson, 1980⁶), na medida em que se pode dizer que, de uma acepção inicialmente concreta e objetiva (tamanho), o diminutivo acaba por veicular um sentido mais abstrato, subjetivo, até emocional (a sensação de aconchego e de bem estar). O mesmo tipo de raciocínio pode ser empregado para “gostosinho”; não se trata, evidentemente, da “diminuição da sensação de gostoso” – pelo contrário, “gostosinho” poderia ser parafraseado por “bem gostoso”.

De forma semelhante, o diminutivo “roubinhos” não se refere exatamente a um “roubo pequeno” (do ponto de vista do tamanho físico) – em princípio, aquilo que é roubado pode ser concretamente mensurável, mas roubo é roubo. Em outras palavras, o diminutivo se refere, mais precisamente (em termos de proposta de tipos de diminutivos), à importância do roubo, daquilo que foi roubado, da simplicidade do evento em que se foi roubado (sem “especial” violência – por exemplo, sem o uso de arma de fogo). O adjetivo “bobinho” contribui para essa interpretação.

Embora esses e muitos outros exemplos de usos de diminutivos permitam uma discussão bastante mais aprofundada acerca de sua descrição semântica através do conceito de transferência metafórica, o objetivo aqui é tão somente justificar o modo como se fez a análise das ocorrências na Amostra 1: separando-se casos como (1-3), em que se faz referência concreta a tamanho diminuto, de casos como (4-5), em que o significado é mais abstrato. Verificar a intuição – por parte dos entrevistados da pesquisa sobre percepção e avaliação linguística desenvolvida por Mendes (2007) – de que “mulheres usam diminutivos de maneira exagerada” pode ser uma tarefa mais precisamente executável se os casos acima forem vistos separadamente – tanto da perspectiva qualitativa quanto da quantitativa.

Além desses, também foram analisados separadamente casos que se entendem como lexicalizados.

6. Em Lakoff & Johnson (1980), esse raciocínio de natureza metafórica seria sumarizado na máxima “racional é mais, emocional é menos” (tradução livre de “rational is up, emotional is down”. O diminutivo (“menos”), numa transferência metafórica, pode ser empregado para veicular sentidos subjetivos e mais abstratos que “proporções físicas reduzidas”.

Tipo 3: Diminutivos lexicalizados

- (6) [M] *todas as escolas desde... do prezinho... sempre escola pública*
(7) [H] *Na Vila Madalena, tudo começou por causa dos barzinho*
(8) [H] *desde os meus onze anos já andava muito sozinho*
(9) [H] *adoro São Paulo porque você tem absolutamente tudo um pouquinho*

Em (6), embora “prezinho” pudesse ser substituído por “pré(-escola)”, pode-se supor que o primeiro é tão mais usado que já se lexicalizou em português – sendo possível, inclusive, que seu emprego seja muito mais frequente, coloquialmente, que o do segundo. Já em (7), pode-se dizer que o emprego de “barzinho” é tão arraigado que, na cultura urbana paulistana, uma coisa é “bar”, outra coisa é “barzinho” – como se fosse necessário haver os dois verbetes num determinado dicionário. A esses, seriam semelhantes casos como “copinho”, “rolinho” (primavera, da culinária chinesa) e outros, cujo “não diminutivo” correspondente pode remeter a referentes distintos.

“Sozinho” e “sozinha”, por outro lado, já são tão lexicalizados que, nestes contextos, parece raro e inesperado o emprego de “só” (“andar só”, “morar só), pelo menos no português paulistano.⁷ Assim, a proposta de que esses dados sejam computados separadamente coaduna-se com aquela de verificar o que se quer dizer com “maneira exagerada” de empregar diminutivos em certos casos. Basicamente, casos como esses não deveriam ser computados, já que, se são lexicalizados, seriam empregados indistintamente (ou seja, de maneira não marcada), tanto por homens quanto por mulheres.

Finalmente, propôs-se que “pouquinho” também fosse computado separadamente. O exemplo (10) abaixo mostra que não se trata do mesmo caso que “só/sozinho” – já que “pouco” é empregado, diferentemente de “só” – mas o diminutivo “pouquinho” pareceu tão ubíquo no *corpus* que se inferiu que seu emprego deveria ser entendido como “não marcado”.

- (10) [M] *nasci em São Paulo... é morei sempre no Ipiranga... depois eu fui ali que falam Vila Monumento... perto do da Estátua do Monumento ali um pouco para cima depois a Chácara Klabin... agora que eu fui um pouquinho mais para cá mas também é perto...*

3.3. Análise quantitativa – Amostra 1 (84 entrevistas)

A partir dessa proposta de categorização dos usos dos diminutivos – concretos (1-3), abstratos (4-5), lexicalizados (6-7) e lexicalizados “especiais” (8-9), foram computadas as ocorrências na Amostra 1, de acordo com a Tabela 1. O índice de frequência foi estabelecido em relação a mil palavras.

Sexo/Gênero	No. de Palavras	Total		Sem		“pouquinho” e “sozinho”	
		Diminutivos	Freq	Lexicalizados	Freq		Freq
Feminino	455.847	1422	3,12	821	1,80	116	0,25
Masculino	414.877	754	1,82	439	1,06	87	0,21
Total	870.724	2176	2,50	1260	1,45	203	0,23
		F = 1,71 M		F = 1,70 M		F = 1,19 M	

Tabela 1: Frequências de Diminutivos (por mil palavras)

7. No corpus de 104 entrevistas, procedeu-se a uma busca das ocorrências de “só” em contextos típicos para o emprego de “sozinho” ou “sozinha”; não se encontrou absolutamente nenhum caso.

Na Amostra 1 (aproximadamente 871 mil palavras), computando-se todos os diminutivos em conjunto (Tipos 1, 2 e 3), mulheres empregam o diminutivo 3,12 vezes, a cada mil palavras, enquanto homens o fazem 1,82 vezes. Isso significa que, no geral, mulheres empregam diminutivos 1,71 vezes mais que homens. Quando são excluídos do conjunto de dados aqueles casos de diminutivos considerados lexicalizados, os totais de ocorrências evidentemente caem, mas as proporções se mantêm: mulheres empregam diminutivos não lexicalizados (apenas Tipos 1 e 2, sem 3) 1,70 vezes mais que homens. Já, quando se computam apenas as ocorrências de “pouquinho” e “sozinho”, mulheres e homens os empregam quase que na mesma proporção: sua frequência de emprego entre as mulheres é apenas 1,19 vezes maior que entre os homens.

Para a análise em que se separam, dentro do conjunto de diminutivos não lexicalizados, aqueles cuja referência é concreta (Tipo 1) daqueles cujo significado é mais abstrato (Tipo 2), os resultados são muito semelhantes aos das primeiras colunas da Tabela 1: mulheres empregam diminutivos “Tipo 1” 1,69 vezes mais que homens e diminutivos “Tipo 2” 1,75 vezes mais que eles. Como a proporção 1,70 (primeira coluna de números da tabela 1) fica próxima da média entre 1,69 e 1,75, e como se refere a um conjunto de dados maior (o total de diminutivos que ocorrem na Amostra 1), apresenta-se somente este último na tabela.

3.4. Análise quantitativa – Amostra 2 (20 entrevistas)

Uma vez que as análises anteriores permitiram verificar que, no geral, mulheres parecem empregar diminutivos aproximadamente 1,7 vezes mais do que homens, procedeu-se a uma análise um pouco distinta dos dados obtidos com as entrevistas da segunda amostra: em vez de uma análise por distribuição geral (dentro dos grupos definidos por sexo/gênero), os dados foram observados individualmente, por informante. Além disso, como as diferentes análises acima levaram a resultados semelhantes, na presente análise, por indivíduos, foram computados todos os casos de diminutivos encontrados (Tipos 1, 2 e 3), com exceção de “pouquinho” e “sozinho” – já que se verificou que esses são possivelmente os usos menos marcados, no sentido da interpretação sociolinguística da correlação com sexo/gênero.

O primeiro fato que chama a atenção nas tabelas 2 e 3, a seguir, são as médias de frequências de usos de diminutivos: entre os homens heterossexuais, ela é baixíssima (menor que 0,3 – ou seja, 3 diminutivos a cada 10.000 palavras). É preciso lembrar que, diferentemente da Amostra 1, os tópicos da Amostra 2 foram bastante específicos: homofobia na cidade de São Paulo, o assumir da orientação sexual e afins. Embora isso não tenha tornado as entrevistas particularmente tensas, é possível que, entre os homens heterossexuais, esses assuntos tenham provocado uma tendência a um maior monitoramento da própria fala. De todo modo, isso não invalida a hipótese de que haja correlação entre percepções de sexo/gênero e o uso de diminutivos em português; pelo contrário, confirma-a, já que os homens heterossexuais parecem ter evitado ao máximo seu emprego.

	Total	-inho/a	freq	média		Total	-inho/a	freq	média
Marlon	9.518	1	0,11		Sonia	9.161	19	2,07	
Marco	8.812	2	0,23		Camila	9.928	40	4,03	
Paulo	10.262	2	0,19	0,28	Paula	9.289	14	1,51	2,97
Alan	12.415	4	0,32		Julia	10.541	36	3,42	
Pedro	11.193	6	0,54		Lara	10.149	39	3,84	

Tabela 2: Frequências de Diminutivos (por mil palavras) nas entrevistas com indivíduos que se identificam como heterossexuais (nomes próprios fictícios)

	Total	-inho/a	freq	média		Total	-inho/a	freq	média
Marcio	13.298	60	4,51		Ana	10.394	20	1,92	
Nelson	10.149	39	3,84		Silvia	10.009	17	1,70	
Caio	11.130	27	2,43	2,53	Selma	9.397	11	1,17	1,20
João	12.486	19	1,52		Lia	9.581	6	0,63	
Cris	9.043	3	0,33		Laura	8.410	5	0,59	

Tabela 3: Frequências de Diminutivos (por mil palavras) nas entrevistas com indivíduos que se identificam como gays (nomes próprios fictícios)

Por outro lado, também é interessante verificar que a média da frequência de emprego de diminutivos entre as mulheres que se identificam como lésbicas (1,20) não é tão baixa quanto a dos homens heterossexuais (0,28), mas é bastante mais baixa que as dos demais sujeitos-falantes (homens gays e mulheres heterossexuais – respectivamente 2,53 e 2,97).

Finalmente, é da maior importância lembrar que os sujeitos falantes num grupo não têm, todos igualmente, a mesma “projeção” psicossocial. Entre os homens gays, por exemplo, três deles alegaram, durante suas entrevistas, fazer questão de parecer gays (vestir-se, soar e comportar-se socialmente como tais), ao passo que os outros dois relataram histórias pessoais que permitem entender que eles preferem não ter sua orientação sempre “em evidência”. De modo semelhante, duas das lésbicas disseram gostar de parecer mais masculinizadas do que em geral se espera das mulheres. Esses indivíduos estão agrupados em destaque na tabela 3.

Recalculando-se as médias de empregos de diminutivos considerando-se esses subgrupos, obtém-se o seguinte gráfico:

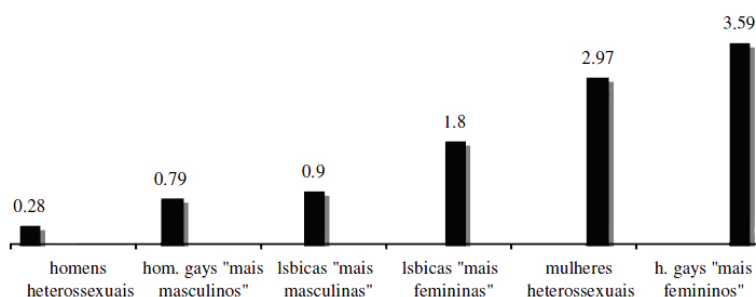


Gráfico 1: Frequências de Diminutivos (por mil palavras) nos Subgrupos de Sexo/Gênero

4. CONCLUSÃO

Os resultados reportados neste artigo permitem concluir que há forte correlação entre categorias de sexo/gênero e usos do diminutivo no português paulistano. Os resultados resumidos na Tabela 1 sugerem que a percepção de que “mulheres usam diminutivos de maneira exagerada” tem um correlato na produção linguística (os usos, propriamente), tanto numa dimensão quantitativa (na Amostra 1, mulheres empregam diminutivos 1,7 vezes mais do que homens), quanto numa dimensão qualitativa (homens e mulheres parecem empregar diminutivos lexicalizados – “pouquinho” e sozinho” – com frequências muito semelhantes; ou seja, nem todos os diminutivos são mais frequentemente empregados pelas mulheres). Assim, se por um lado pode-se dizer que a avaliação de “exagero” emergiu experimentalmente e foi coloquialmente enunciada, por outro, as análises dos usos de diminutivos aqui apresentadas parecem confirmar a hipótese de que eles podem funcionar como marcadores de sexo/gênero.

Essa conclusão é reafirmada pelos resultados apresentados nas Tabelas 2 e 3 e no Gráfico 1, na medida em que revelam uma correlação entre frequências de emprego de diminutivos e diferenciações entre subgrupos de sexo/gênero. Qualitativamente, vale ainda destacar aquilo que diz um dos homens heterossexuais da Amostra 2: “*sei lá... muito inho isso inho aquilo... uma coisa meio patricia demais pro meu gosto*”. O diminutivo que veicula um certo estereótipo feminino – o da “patricinha” (que se pode considerar um diminutivo lexicalizado) – parece ser evitado pelo informante, que prefere empregar o não diminutivo correspondente. Esses fatos de natureza quantitativa e qualitativa permitem, então, relativizar a percepção/avaliação de que “homens gays e mulheres usam diminutivo de maneira exagerada”: talvez sejam os homens heterossexuais (e algumas mulheres lésbicas) que, no esforço de marcar sua masculinidade, evitem o uso de certas formas linguísticas, tais como o diminutivo.

DIMINUTIVE AS SEX / GENDER MARKERS

ABSTRACT

Considering that the use of diminutives in Brazilian Portuguese is perceived as a linguistic fact associated to sex/gender, 104 sociolinguistic interviews are analyzed qualitatively and quantitatively, in an attempt to tease out patterns of production. Masculine-acting straight and gay men, as well as non-feminine acting lesbians seem to restrict their usage of diminutives. Qualitative analyses further reveal that the link between sexualized meanings and the usage of diminutives in BP is fluid, contextual and best understood through a combination of quantitative and qualitative methodologies.

KEY WORDS: diminutives, usage frequency, sex/gender

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bell, A. (1984). Language Style as Audience Design. *Language in Society* 13:145-204.

Bell, A. (2001). Styling the other to define the self. *Journal of Sociolinguistics*, vol. (4): 523-541.

Chambers, J. K. (2002). Studying Language Variation: an Informal Epistemology. In Chambers, J. K.; Trudgill, P.; and Schilling-Estes, N. (2002). *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford:Blackwell.

- Campbell-Kibler, Kathryn (2008). I'll be the judge of that: Diversity in social perceptions of (ING). *Language in Society* 37 (5):637–659.
- Campbell-Kibler, Kathryn (2009). The nature of sociolinguistic perception. *Language Variation and Change* 21:135-156.
- Gaudio, R. P. (1994) Sounding gay: pitch properties in the speech of gay and straight men. *American Speech* vol.69: 303-318.
- Giles, H.; Powesland, P.F. Accommodation theory. In: Coupland, N.; Jaworski, A. (eds) *A Sociolinguistics Reader*. Macmillan: Basingstoke, England, 1997.
- Labov, William (1978). “Where does the sociolinguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera.” In: Working Papers in Sociolinguistics 44. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1978.
- Labov, William (2006 [1966]) *The Social Stratification of English in New York City*. São Paulo: Cambridge University Press.
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lavandera, Beatriz. “Where does the sociolinguistic variable stop?” *Language in Society*, vol. 7, 171–182, 1978.
- Mendes, R. B. (2007). What is ‘gay speech’ in São Paulo, Brazil. In: José Santaemilia; Patricia Bou; Sergio Maruenda; Gora Zaragoza. (Orgs.). *International Perspectives on Gender and Language*. Valência: Universitat de València.
- Mendes, R. B. (2011). Gênero/sexo, Variação Linguística e Intolerância. In: Diana Luz Pessoa de Barros. (Org.). *Preconceito e Intolerância: Reflexões Linguístico-Discursivas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Milroy, L. (1980). *Language and Social Networks*. Oxford: Basil Blackwell.
- Ochs, E. (1991). Indexing gender. In: Duranti, A. & Goodwin, C. (1991) *Rethinking Context*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oushiro, Livia (2011) *Uma análise variacionista para as Interrogativas-Q*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- Scherre, Maria Marta Pereira (2005). *Doa-se lindos filhotes de poodle - Variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola.
- Smyth, R. and Rogers, H. (2001) Searching for phonetic correlates of gay- and straight-sounding voices. *Toronto Working Papers in Linguistics* vol.8: 44-64.
- Trudgill, P. (1974). *The social stratification of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press.